

As adaptações de João Ribeiro em “História do Brasil”

Joabe França Mendonça*

Resumo: “História do Brasil” de João Ribeiro é de grande importância na história dos livros didáticos, pois foi adotado pelos principais colégios do país no início do século XX, além de ter influenciado diversas gerações. Tal extensão advém de sua capacidade de síntese e da sua interpretação, e é neste último ponto um de seus destaques. Ribeiro afastou-se da história tradicional (que dava ênfase às questões administrativas). Embevecido pelo historicismo germânico, instituiu na história do Brasil o estudo de aspectos socioculturais, o que fez com que seu livro se tornasse um grande sucesso no mercado editorial. O livro foi direcionado para diversos cursos: superior (níveis normal e secundário) e inferior (nível primário). Atualmente muitos estudiosos se debruçam sobre o trabalho de Ribeiro, porém as análises a respeito de suas adaptações ainda são escassas, e as diferenças entre as distintas edições da obra ainda precisam ser analisadas. A presente pesquisa parte, num primeiro momento da significância da obra e do autor destacado, e posteriormente chegamos ao objetivo central: a análise comparativa da adaptação do livro para o curso primário e do “original” para o curso superior. Esperamos com a pesquisa reafirmar a importância de Ribeiro na história dos livros didáticos, além de estudar a obra como um objeto físico.

Palavras-chaves: História do Brasil, adaptações, inovações.

Introdução

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o compêndio “História do Brasil” de João Ribeiro, que foi adotado no início do século XX e que influenciou várias gerações. A última edição voltada para escolas, a 19^a edição, data de 1966. Em 2001, no entanto, a Editora Itatiaia reeditou a obra por seu valor documental. Além de seu sucesso editorial, é de se

* Joabe França Medonça: Graduando em História na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: joabe.mendonca@usp.br

destacar que o livro foi utilizado nas aulas de História do Ginásio Nacional (“novo” nome republicano para o Colégio Pedro II), colégio modelo para as demais escolas brasileiras.

O valor atribuído à obra “História do Brasil” também se refere ao seu formato sintético e às interpretações. Como veremos, o autor afastou-se da história tradicional, identificada com a história política, especialmente da ênfase às questões administrativas e figuras políticas. Ribeiro através de sua formação europeia, com influência do historicismo alemão (mais especificadamente do movimento “Kulturgeschichte”, que dava aos aspectos socioculturais um lugar de importância na construção histórica), trouxe para o Brasil uma nova forma de se pensar os discursos presentes nos livros didáticos.

O livro “História do Brasil” foi adaptado para diversos cursos: superior (níveis normal e secundário), médio (recapitulação para o ensino secundário e exames preparatórios) e inferior (nível primário). Diversos autores, como Patrícia Hansen, Arlette Medeiros e Carla Villamaina Centeno, debruçaram-se sobre as diversas edições da obra. No entanto, devemos fazer a ressalva de que faltam esclarecimentos a respeito das diferenças entre uma edição voltada para o curso superior e outra dedicada ao curso inferior, questão que nos propomos a discutir.

Ao investigar a obra, destacamos as concepções de ensino e a vida do autor (ainda que de forma secundária), uma vez que esses aspectos influenciaram sua produção. Para analisar comparativamente as adaptações dos livros para os cursos superior e inferior, buscaremos entender brevemente as inovações presentes em “História do Brasil”, utilizando fontes bibliográficas e os próprios livros do autor. Nossa intenção é também analisar o livro como objeto físico: quais as mudanças de uma edição para outra? Como elas dialogam com o contexto educacional do período?

Biografia e meio de inserção social de João Ribeiro

João Ribeiro nasceu em Sergipe (na cidade de Laranjeiras), em 1860. Ficou órfão de pai e mãe muito cedo e, por isso, ele precisou morar na casa de seu avô Joaquim José Ribeiro. Este lhe possibilitou uma educação requintada. Seus primeiros estudos em letras, francês e latim foram realizados em sua cidade natal. Ao final dessa fase transferiu-se para Aracaju, local onde ingressou no Ateneu de Sergipe, como um dos primeiros alunos durante o secundário. No final do século XIX, residindo no Rio de Janeiro, trabalhou em diversos jornais, mas, segundo Múcio Leão, “apaixonado pelos assuntos da Filologia e da História, João Ribeiro desde cedo revelou sua irresistível vocação de professor.” (LEÃO, 1954, p.18). Formou-se em 1894 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro depois de percorrer várias áreas que não renderam frutos. Em 1887, prestou concurso para o Colégio Pedro II, com o propósito de ocupar a cadeira de Português, porém, ingressou no colégio apenas três anos depois para a cadeira de História Universal e do Brasil. Dedicou-se a diversos tipos de produções: poesia, ficção, filologia, ensaio, crítica literária, dicionário, autobiografia e história.

Quanto à produção na área de história destacam-se os livros: “História Antiga-Oriente e Grécia”, “Ensaio Cívico”, “História Universal”, “As nossas fronteiras”, “História da Civilização” e “História do Brasil”. Este último foi sua maior obra, já que além de ser um sucesso editorial, conferiu a João Ribeiro o posto de historiador.

“História do Brasil adaptada ao Ensino Primário e Secundário” foi publicada pela Livraria Cruz Coutinho em 1900, e foi bem recebida tanto pelo público quanto pelos críticos. Com isto, diferentes versões viriam atender a demanda do mercado. De acordo com Hansen, as sequências foram imediatas:

A primeira delas seria o seu desdobramento em três versões dirigidas à diferentes faixas de escolaridade. No mesmo ano de 1900, seriam publicadas a História do Brasil para os cursos primários e médios, dirigidas a dois segmentos das escolas primárias, e a História do Brasil. Curso Superior, para os ginásios e escolas normais, todos pela editora Jacinto Ribeiro dos Santos. A versão chamada Curso Superior seria a de maior êxito. Ainda naquele ano a Livraria Francisco Alves publicaria a ‘Edição do Centenário’ que parecia

expressar a vocação daquele livro para transcender o público escolar, e conferia à obra, oportunamente, um caráter comemorativo. (HANSEN, 2000, p.7)

É de se destacar que no início do século XX, o maior mercado editorial era o didático, porém, o público leitor não era formado apenas por estudantes. A própria “elite intelectual” da época consagrou por diversas vezes o autor. Ribeiro foi citado por Gilberto Freire, Euclides da Cunha e Araripe Junior entre outros. Os seus livros inseriam-se num contexto em que a escrita da história começava a ter autonomia em relação ao Estado e a elite intelectual perguntava pela direção da sociedade. As “grandes instituições”, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que funcionaram como suporte político da Monarquia, perderam gradativamente seu monopólio sobre a produção de conhecimento (HANSEN, 2000).

Ribeiro, no momento em que produziu “História do Brasil”, era professor do Ginásio Nacional. Este era um local de sociabilidade intelectual, no qual o autor desenvolveu muitas relações. João Ribeiro, falando sobre a profissão de professor (Estado de S. Paulo, 26-12-1930), disse:

A atividade única de que não me arrependo foi a de ter ensinado algumas verdades triviais a milhares de inteligências juvenis, todas elas fiéis à estima do velho mestre. E gozo imerecidamente de admirações desconhecidas e humildes, grandes ou pequenas, de operários e de doutores. Stevenson reduzia as profissões decentes a quatro apenas: a de pastor, a de mestre-escola, a de lavrador e de marinheiro. Sinto-me satisfeito nessa distribuição, pois que me dá a idéia de que não fui totalmente inútil. (apud LEÃO, 1954, p.70)

Como já apontamos, Ribeiro atuou em muitos jornais, outro lugar por excelência da efervescência intelectual do período. Conhecemos, assim, por exemplo, o seu discurso de militante republicano e abolicionista desde a sua chegada ao Rio de Janeiro. A rede social criada naquele contexto foi fundamental, pois com isto a obra de João Ribeiro foi lida e discutida não apenas por intelectuais dedicados à área de ensino, como também por historiadores, jornalistas etc. E Ribeiro através destas relações conseguiu diversos favores,

como viagens à Europa, mais especificadamente à Alemanha, que foram auxiliadas pelo governo. Segundo Gasparello,

João Ribeiro parece ser um caso exemplar do trânsito de pessoas letradas que não possuíam sólida posição econômica, no círculo de relações de poder político e cultural da sociedade brasileira da época, bem como dos limites existentes à ascensão dessas pessoas. Sua correspondência indica que, graças às amizades e relações que mantinha com pessoas em cargos estratégicos do poder público, conseguiu exercer funções e realizar viagens comissionadas ao exterior. (GASPARELLO, 2004, p.4)

De acordo com Hansen (2000), João Ribeiro está inserido num grupo cujas expectativas e experiências comuns possibilitaram afirmar a existência de uma geração, esta de 1890, que tinha como alguns de seus objetivos “rearticular o campo intelectual em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos e das questões culturais que assolaram as décadas de 70 e 80 do século passado.” (GOMES apud HANSEN, 2000, p.23).

As posições adotadas por João Ribeiro foram, de certa forma, externadas em “História do Brasil”, o que resultou em um tipo inédito de interpretação de nossa história, assim como novos métodos pedagógicos foram encetados no Brasil.

Inovações

Com a leitura de algumas introduções de “História do Brasil” nota-se que o autor apresenta um tom de modéstia ao dizer: “Quando me propus escrever êste pequeno livro” (RIBEIRO, 1960, p.21, grifo nosso).

Antes de Ribeiro, no século XIX, a disciplina história no Brasil seguia as tendências mundiais, sendo escrita com grande enfoque no senso de objetividade, como podemos perceber a partir da leitura de autores como Von Martius, Handelmann e Varnhagen, que introduziram métodos de narrativa e interpretações de acordo com a cientificidade almejada. Para tanto, as leituras das fontes documentais eram obrigatórias. Mais do que isso, a perseguição pela exatidão na reprodução fiel das fontes, e muitas vezes, completa aceitação

do conteúdo colocado pelos documentos, colocava esta historiografia a serviço de poucos, posto que as documentações privilegiavam temas administrativos e políticos, bem como visões de grupos específicos sobre o decorrer histórico. O pensamento de nossos historiadores, segundo Rocha Junior, era

fortemente marcado pela fórmula de Ranke, o qual afirmava que a História deve gravitar em torno do Estado. Esse tipo de orientação é o que comumente é chamado de 'história política', na qual os ocupantes e a luta pelo poder político estão no centro das atenções. (ROCHA JÚNIOR, 2010)

Salientamos que não buscamos de forma alguma desprivilegiar os autores que seguiam a fórmula de Ranke. Como nos lembra o filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro:

Todos êsses historiadores possuem, de fato, o mérito incontestável de ter dado à nossa história o cunho de objetividade, indispensável à êsse ramo de estudo crítico do passado. Todos êles procuraram sempre manter-se isentos de preconceitos e orientações tendenciosas. Fizeram, com intencional propósito, trabalho documental, preciso e honesto. E se, num ou noutro ponto, possam ser retificados, essa retificação não invalida o cunho geral da obra realizada (RIBEIRO, 1960, p II).

Uma das grandes inovações de João Ribeiro consiste no rompimento parcial com tal ponto de vista. Como sabemos, Ribeiro estudou alguns anos na Alemanha, e foi nesse país que conheceu o movimento da "Kulturgeschichte". Esse movimento não tinha por base apenas conceitos políticos ou administrativos, ao contrário, a história abrangia aspectos socioculturais. A Kulturgeschichte, segundo Joaquim Ribeiro,

focalizando a cultura, permitiu a identificação dos fatores que concorrem, em sua multiplicidade, para o evento histórico. Deu ao historiador um ângulo de visibilidade que o ponto de vista tradicional não pode oferecer pela estreiteza de sua órbita (RIBEIRO, 1960, p.V).

Os grandes inauguradores desse movimento germânico foram Riehl, Burckhardt e Freytag. Estes autores davam atenção especial para a posição do "povo" na formação da história nacional (RIBEIRO, 1960). E, como eles, João Ribeiro possuía uma crítica ácida aos historiadores políticos, tanto que em um artigo de 1918, intitulado "O Culto da História", expõe o que significa para ele história:

As adaptações de João Ribeiro em “História do Brasil”

A erudição é a maior amiga e pior inimiga da história. A documentação deve ser elítica e separada; como na pintura deve-se sentir a cor e não deixar muito visível o desenho das linhas.

Os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e de cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos.

É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma. (apud HANSEN, 2000, p.53)

Embora Ribeiro se refira ao seu livro utilizando-se do adjetivo “pequeno”, ou do substantivo “livrinho” para qualificar o seu trabalho, podemos verificar que ele possui noção de sua inovação na historiografia brasileira. Ademais, na introdução da 17ª edição de “História do Brasil-Curso Superior” o autor expõe sua inovação:

Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilizamento do país; nenhum de nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos.(RIBEIRO,1960,p.23)

Por fim, podemos destacar que Ribeiro reconhecia duas histórias que se inter cruzam na formação da nação: a história interna e a história externa. Sua ênfase era clara nos aspectos internos, sendo que para o autor os principais formadores da nacionalidade eram figuras como os colonos, jesuítas, bandeirantes, índios e escravos negros. Não focaremos aqui a formação da nacionalidade e os papéis das raças neste processo, já que autores como Gasparello (2004) já deram destaque a tal temática.

Se até aqui buscamos chamar a atenção para as inovações interpretativas do autor, agora nos voltaremos para os aspectos pedagógicos de “História do Brasil”. Vale ressaltar que encontramos diferenciações entre as versões voltadas às escolas primárias e superiores. Nas edições para o curso superior há dois “tipos” de letras: padrão e menor (diferenciação nas impressões dos textos). Estas diferenciações são um marco na história dos livros didáticos, e nos faculta interpretações quanto a seus possíveis usos. Essas diferenciações possibilitavam a

leitura de dois públicos: alunos e professores. Nos textos em tipo menor, de acordo com Hansen (2000), “estavam explicações, as ‘causas’ ou ‘princípios gerais’ de fenômenos históricos, e também questões relacionadas às críticas históricas”. Portanto, notamos que este tipo é direcionado ao professor (papel formativo) e aos alunos (acrescenta-se conteúdos). Já o tipo maior é mais factual e expositivo. Esse tipo que compunha o livro das escolas primárias. O tipo menor pode ser encarado como um guia para os professores. Nesta época, a formação de profissionais na área do magistério era inexistente, portanto, o tipo menor empregado por Ribeiro funcionaria como um guia dos professores, o que não lhes tirava a liberdade de adotar outros caminhos. E, como a análise documental era necessária, o autor acrescentava a crítica documental à tarefa do professor.

Quando reparamos na questão dos tipos de letra diferentes utilizados por Ribeiro, concluímos que o autor não seguia muitos dos preceitos da escola moderna. Por exemplo, Comenius (um dos maiores formuladores da escola moderna) propunha uma simplificação dos conteúdos escolares e o manual didático deveria ser simplificado, funcionando como guias rígidos para as aulas. Portanto, João Ribeiro não é tão inovador quanto se supõe quando atentamos para o contexto educacional vivido. Ele não simplificava os conteúdos e possibilitava ao professor flexibilidade interpretativa, ou seja, não seguia os preceitos de Comenius.

“Mil e uma edições”

Como já aludimos, “História do Brasil” foi um grande sucesso editorial, tendo sido os conteúdos propostos por João Ribeiro distribuídos para diversos níveis. A primeira publicação data de 1900 e a última (comercial) é de 1966. Portanto, o volume de edições pode criar a ilusão de abundância material para a investigação. Todavia, não é fácil encontrar exemplares das diferentes edições. Consultamos a Biblioteca dos Livros Didáticos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e o Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas, apesar de encontrarmos

o livro “História do Brasil”, um voltado para o curso inferior e outro para o superior, eles eram de edições distantes no tempo. Mas o conteúdo didático de ambas as obras parte do mesmo ponto (descobrimento do Brasil) e atinge o mesmo objetivo (período republicano).

As edições que comparamos são: “Rudimentos de História do Brasil”, voltada para o Curso Primário (14ª edição, 1936) e publicada pela Livraria Francisco Alves; e “História do Brasil”, para o Curso Superior (5ª edição revista e melhorada, 1914), publicada pela mesma editora. As duas obras podem ser facilmente encontradas digitalmente no site do LEMAD.

Num primeiro momento, podemos pensar que as diferenças entre as duas edições são pequenas. O próprio autor adverte:

A Historia do Brasil do autor foi tratada em três cursos, que não divergem senão pela quantidade da matéria. Este é o CURSO INFERIOR agora revisto e actualizado; contém apenas rudimentos da historia da patria, exigidos nas escolas primarias. Ha ainda o CURSO MEDIO e o CURSO SUPERIOR escripto para Gymnasios e instrucção secundaria.(RIBEIRO,1936, p.5)

Portanto, de acordo com Ribeiro, a única diferença existente entre as edições está na quantidade de conteúdos. Mas consideramos que Ribeiro com este discurso esconde pontos valiosos de sua obra. As mudanças vão muito além do volume dos conteúdos.

Começamos a análise do livro voltado para o curso inferior, pois este apresenta uma estrutura mais simples se comparado ao do nível superior. Arriscaríamos dizer que “Rudimentos da História do Brasil” apresenta poucas novidades didáticas quando comparado com obras publicadas no mesmo período. Vale a ressalva de que, no aspecto interpretativo, Ribeiro segue a sua lógica: o Povo possui papel de destaque na construção da nação, tanto que os índios ganham um capítulo, com sua importância e características delineadas. Porém, estruturalmente, segue um caráter tradicional.

Estruturalmente, o livro é dividido em 32 capítulos. Na abertura há um sumário com palavras chaves, onde o autor guia a leitura para pontos “relevantes”, e uma cronologia. Há

ainda sinopses gerais com datas e fatos dos capítulos anteriores. O livro é desenhado assim para uma preparação rígida dos estudantes.

Adentrando no texto encontramos outros instrumentos didáticos: nomes de personalidades políticas e religiosas e de lugares emblemáticos (principalmente locais de guerras), que são destacados em negrito. Supomos que o destaque é mais um meio de guiar estudante e professor em temas fundamentais no contexto educacional, preparando-os para exames que exigiam numerosas informações. Por conseguinte, acreditamos que João Ribeiro apresenta uma gama considerável de instrumentação pedagógica, e sendo assim discordamos parcialmente de autores, como Centeno, que dizem: “Na verdade, Ribeiro não deu maior importância à parte instrumental ou propriamente didática de suas obras” (CENTENO, 2013, p. 173). Centeno cita uma fala do autor no manual didático dirigido ao curso Primário para justificar sua análise:

Não tivemos o pensamento de redigir este compêndio em linguagem infantil; pensamos apenas em ser claro sem affectação pedagógica. Aos professores cabe assim mais ampla liberdade de método (RIBEIRO, 1900, Advertência apud CENTENO, p. 173).

Não discordamos da autora quando afirma que “Ribeiro era um intelectual que resistia a modernizações simplificadoras da educação”, porém não podemos ler o discurso de Ribeiro em senso estrito, pois embora o autor afirme não se utilizar de “padecimentos pedagógicos”, notamos meios que facilitam o estudo dos alunos.

Outro fato que vem corroborar o nosso argumento se refere ao conjunto de imagens. A seguir transladamos todas as legendas das figuras presentes no livro do curso inferior, para analisá-las.

Legendas das figuras de João Ribeiro:

1. Pedro Alvares Cabral: monumento inaugurado no Rio de Janeiro por ocasião do IV centenário do Brasil.

2. Índio UAPÉ do Amazonas.
3. Taba de índios
4. Padre Anchieta
5. Planta da Bahia em 1625
6. Pernambuco: o Recife
7. Alcaçar de Boa Vista: Pernambuco
8. Henrique Dias: Cabo dos homens pretos na guerra holandesa
9. Príncipe Maurício de Nassau: Governador do Brasil Holandês
10. Cerco de Recife pelas forças Lusas- Brasileiras (1653)
11. Gomes Freire de Andrade
12. Thomas Antonio Gonzaga
13. D. João VI
14. Independência ou morte!
14. José Bonifácio
15. José Clemente Pereira
16. D. Pedro I
17. Monumento ao imperador (esta imagem não possui legenda)
18. José Bonifácio
19. Padre Antonio Feijó

20. D. Pedro II

21. Duque de Caxias

22. Almirante Tamandaré

23. General Ozorio

24. Batalha de Riachuelo

25. Almirante Barroso

26. Benjamin Constant

27. Marechal Deodoro da Fonseca

Percentualmente poderíamos dividir as imagens de Ribeiro nas seguintes categorias:

Tabela 1. Representações por temas

Temas das figuras	Porcentagem (%)
Personagens políticos e religiosos	77,77
Lugares emblemáticos (guerras)	14,81
Aspectos Culturais	7,4

Estes dados nos possibilitam afirmar que, embora João Ribeiro atribua grande importância a aspectos socioculturais, tal como a vida dos índios, ainda é possível verificar uma alta atenção à história política. Além disso, como é sabido, as imagens são importantes ferramentas de ensino, e aqui estão também a serviço da aprendizagem facilitando a fixação do conteúdo ao se articularem com as palavras destacadas no corpo do texto.

Outra questão a ser destacada é a presença de uma cronologia final, ou seja, pontos “importantes” de nossa história. Esta ferramenta também pode ser caracterizada como mais um tipo de utensílio de cunho pedagógico (embora tradicional, já que muitos autores apresentavam a mesma estrutura em seus livros).

Quanto aos tipos utilizados pelo autor notamos a supremacia do tipo maior, ou seja, com maior destaque a aspectos descritivos/factuais. Porém, nesta edição ainda é possível detectar textos em tipo menor. Estes são detalhes que conversam diretamente com o texto. Concluimos afirmando que a edição, aqui estudada, voltada para o curso inferior, embora não apresente características simplistas como as propostas por Comenius, não deixa de lado ferramentas que facilitam e direcionam aprendizagem dos alunos.

Já na edição voltada para as escolas secundárias, o primeiro ponto a ser destacado se refere à estrutura de “História do Brasil. Curso superior” (5ª edição revista e melhorada de 1914). Em um primeiro momento, notamos um prefácio que contem análise de várias pessoas envolvidas com a educação na primeira metade do século XIX, dentre os quais destacamos Araripe Júnior. Nesta parte é delineada a metodologia e a forma pela qual João Ribeiro constrói sua argumentação. Nesta edição também encontramos uma introdução do autor datada de 1908. Nela Ribeiro expõe claramente sua importância na história nacional, já que afirma que antes dele ninguém havia posicionado o Povo como ator principal na construção de nossa história. Seguindo nossa análise, reparamos numa divisão curiosa dos conteúdos, com a história brasileira dividida em nove conjuntos: O descobrimento, Tentativa de unidade e organização da defesa, Lucta pelo commercio livre contra o monopólio, Franceses e holandezes, A formação do Brasil (história comum), A formação do Brasil (história local), Definição territorial do paiz, O espirito de autonomia, Absolutismo e revolução, O império. Democracia. Já observamos que o simples conjunto de capítulos cronologicamente organizados na edição do curso inferior é substituído por blocos temáticos, cada um dividido em subcapítulos que conversam com a temática principal.

Entre os conjuntos citados há uma sinopse geral e uma lista de datas (isocronismos), porém, isto ocorre apenas entre os três primeiros conjuntos. Centeno, analisando a mesma edição, afirma que:

Essa situação insinua a escassa preocupação do autor com a parte instrumental da obra. O texto longo, rebuscado para a clientela escolar, a falta de questionários, mapas e gravuras também são indícios do que está acontecendo (CENTENO, 2013, p.173)

Novamente discordamos de Centeno. Não negamos que há uma incoerência quanto à disposição das sinopses, o que, a primeira vista, poderia revelar uma despreocupação do autor com datas. Porém, a ausência dos pontos citados pela autora não retira o valor de outros instrumentos pedagógicos na obra de Ribeiro. Dentre eles podemos citar um apêndice final, notas de aberturas dos conjuntos (em alguns deles são trechos de documentos famosos, tal como uma parte da carta de Pêro Vaz de Caminha) e, finalmente a diferenciação de tipos de letras. Já citamos as funções dos tipos anteriormente, porém, na edição do curso superior esta ferramenta pedagógica é mais amplamente utilizada. Estes trechos apresentam “polêmicas” e dados extras, sempre fortemente ligados ao texto. Trazendo essa questão para a contemporaneidade, podemos arriscar dizer que os textos complementares vistos atualmente têm origem no tipo menor de Ribeiro, entretanto, diferente de Ribeiro reparamos que em muitos livros didáticos os textos complementares aparecem como simples acessórios.

Tratando de analisar o descobrimento do Brasil, o autor não dá destaque apenas às questões administrativas. Dois subcapítulos chamam atenção: a terra e os habitantes (7) e a etnologia brasileira (8). No primeiro Ribeiro descreve o território nacional e os primeiros contatos dos indígenas e europeus. O autor trata os habitantes autóctones de “incivilizados”, mas isto não representa algo destoante do momento em que o autor vivia. Não obstante, o autor não se enclausura na dicotomia índio-mau e europeu-bom. Ao contrário, em um dos trechos é exposto que:

Portugueses e índios praticavam-se mutualmente crueldades, porque não se entendiam e nem se podiam entender, atentos aos diferentes graus de civilização. O índio tinha o sentimento da propriedade coletiva (da tribo) mas não o tinha da propriedade privada; o índio não julgava fazer mal, roubando; e assim muitos crimes que o eram para os cristãos, para eles não nada significava (p.49).

Desta maneira, notamos uma inclusão dos indígenas, se não positiva, no mínimo menos vilipendiosa. O subcapítulo oito trata da etnologia brasílica. Nele o autor escreve:

O sentimento mais primitivo e rude que se havia formado sobre os índios é que eles constituíam uma só família, dilacerada em tribos aparentemente diversas, pouco importantes as diferenças de língua e muito menos de civilização e cultura que entre elas se podiam notar. (p.51)

Ribeiro posteriormente põe em perspectiva esse pensamento raso, demonstrando que no Brasil havia pelo menos quatro grandes nações: a Tupi, a Gé, a Nu-aruaque e a Cariba, além de três outras de menor importância. Poderíamos supor que a análise de Ribeiro pararia neste ponto, mas o aprofundamento do tema continua, com um diagrama que possibilita a localização geográfica desses povos. Outro recurso didático é o tipo menor. Utilizando esse recurso apresenta uma descrição étnica de cada povo. Concluimos que o tipo menor não é algo dispensável na obra de Ribeiro, já que ela conversa diretamente com o tipo maior.

Conclusão

Esperamos ter conseguido reafirmar a importância de João Ribeiro e “História do Brasil” em nossa história dos livros didáticos. Apesar de termos percorrido mais de um século da produção da obra discutida ainda vemos influências em produções contemporâneas, fato este que torna imperioso um estudo mais aprofundado do autor.

Em nossa análise comparativa, chegamos à conclusão de que há grandes diferenças entre as edições voltadas para o curso inferior e superior. Chamamos atenção para o fato de que as maiores mudanças residem na parte técnica: existência de imagens, grifos de palavras,

utilização de sinopses, e diferenciação de tipos. Quanto à interpretação, verificamos que o sentido da história é a República e os atores da história é o conjunto Povo, verdadeiro construtor da Nação, porém a força com que o povo aparece é menor nas edições voltadas para as escolas primárias. Com isso não estamos muito distantes da visão de Bittencourt quando a autora afirma:

As interpretações inovadoras sobre a História brasileira de João Ribeiro foram, entretanto, introduzidas precariamente no texto que organizou para as escolas primárias. Na organização dos capítulos, incorporou parcialmente as duas partes essenciais de seu trabalho para as escolas secundárias. Muitas questões sobre a formação espacial e da população brasileira ficam diluídas no trabalho. A inovação maior de seu livro residiu na incorporação de ilustrações, escolhidas com critério, oriundas da iconografia original (BITTENCOURT, 2008, p.220)

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENTENO, Carla Villamaina. "Manual Didático História do Brasil-Curso Superior de João Ribeiro: Uma análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático". *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 169-178, July-Dec. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20340>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

_____. "Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro". In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História, Rio de Janeiro: FCRB/PPGCOM. UFF/LIHED, 2004.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomias. A história do Brasil*. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000.

ROCHA JÚNIOR, Roosevelt Araújo da. “João Ribeiro: entre história, gramática e filologia”. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Ano 12, nº 36. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm>>. Acesso em : 12 out. 2013.

LEÃO, Múcio. João Ribeiro: *Ensaio bibliográfico*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 1954.

RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso Superior*. 5ª ed. Revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.

_____. *Rudimentos da História do Brasil*. 14ª ed. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1936.